

O PAPEL DO PROFESSOR DIANTE DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

NASCIMENTO SOUZA, Michelle Aparecida¹

Ru: 1748237

BECKER, Thiana Maria²

RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso tem como por objetivo em problematizar o funcionamento da educação inclusiva diante do professor com crianças que apresentam necessidades educacionais especiais. O interesse por essa pesquisa emana das leituras e estudos realizados nas experiências vivenciadas na Graduação de Educação Especial – Licenciatura Plena e na graduação de Pedagogia: Segunda Licenciatura, em estágios anteriores em escolas municipais de Santa Maria-RS, referente ao tema O Papel do Professor diante da Educação Inclusiva, tendo como pesquisas bibliográficas e aspectos teóricos do referido tema. Além das leituras realizadas, optou-se em argumentar essa temática, usou-se como instrumento metodológico, fundamentação teórica baseada na perspectiva da educação inclusiva e a importância do professor capacitado diante da educação inclusiva, e, por fim, as considerações. Após pesquisas realizadas através de leituras, pôde-se constatar que algumas escolas não possuem profissionais capacitados para atender alunos com necessidades educacionais especiais.

Palavras-Chave: Educação; Inclusão; professor.

1. INTRODUÇÃO

No decorrer desses doze meses do Curso de Graduação Pedagogia: Segunda Licenciatura do Centro Universitário Internacional, diferentes experiências levou-me a vários questionamentos. Um dos conhecimentos que mais provocaram inquietações diz respeito à inclusão escolar, pelo qual motivo culminou com outros conhecimentos construídos nas disciplinas relacionadas à educação inclusiva, foi na disciplina Estágio Supervisionado/Dificuldade de Aprendizagem e Estágio Supervisionado Ensino Fundamental se percebia a escassez de profissionais capacitados para atender alunos que apresentam essas necessidades especiais,

¹ Michelle Aparecida Nascimento Souza, formação em Educação Especial Licenciatura Plena-Universidade Federal de Santa Maria; Especialista em Psicopedagogia Clínico e Institucional- Centro Universitário Internacional UNINTER e atualmente graduanda em Pedagogia-segunda licenciatura

² Orientadora e corretora deste trabalho

assim como uma aluna com deficiência física e paralisia cerebral que foi monitorada através de trabalho voluntariado, pois notei dificuldade na motricidade e não conseguia acompanhar a aula, uma grande dificuldade na concentração e atenção. Esses conhecimentos emergiram os maiores questionamentos sobre: “Qual a realidade das crianças que apresentam necessidades educacionais especiais?” Essas inquietações seguiram durante as observações e as práticas pedagógicas desenvolvidas no período do estágio em uma sala de aula do terceiro ano onde percebi a escassez de professores capacitados.

Tais experiências despertaram o desejo de realizar o Trabalho de Conclusão de Curso pesquisando sobre a temática: “O papel do professor diante da Educação Inclusiva”

A partir deste tema, busca-se entender: “Como funciona a educação inclusiva em escolas municipais de Santa Maria-RS”?

Para responder à problematização, traça-se como objetivo principal problematizar “O funcionamento da educação inclusiva nas escolas municipais de Santa Maria-RS”.

Esta pesquisa deu-se pela necessidade de analisar a importância do professor, capacidade para este fim, ou seja, educação inclusiva.

2. BREVE CONTEXTO HISTÓRICO EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Sabe-se que na Idade Média as pessoas com necessidades educacionais especiais no decorrer da história eram considerados indignos da educação escolar. Elas eram excluídas, eram vistas como doentes incapazes principalmente na área do aprender.

Em 1946, as pessoas com deficiência eram perseguidas e excluídas, isso aconteceu há duzentos anos, esses acontecimentos com pessoas com necessidades educacionais especiais: queimadas em praça públicas, enforcadas ou condenadas às prisões.

O Brasil atingiu um progresso importante no processo de educação inclusiva com a inventividade da lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96, que em conformidade com a Constituição Federal garante a todos os mesmos direitos.

[...] a luta pela inclusão das pessoas com deficiência é fortalecida no mundo todo, deixando para trás a história de séculos de descaso e discriminação

em relação às suas necessidades diferenciadas. (PIRES; SANCHES; TORRES, 2011, p. 02).

Sendo assim, perceptíveis anos de luta por igualdade tiveram um resultado positivo, visto que as quantidades de conhecimento adquiridas por alunos que antes eram excluídos da sala de aula ou até mesmo da escola, atualmente se desenvolvem corretamente dentro de suas limitações, sofrendo estímulos positivos e feedbacks.

De acordo com essa perspectiva é de extrema importância trabalhar a inclusão, utilizando o lúdico para fortalecer a aprendizagem.

Sasaki (1997, p. 167) estabelece o conceito de inclusão social como:

Processo pelo qual a sociedade e o portador de deficiência procuram adaptar-se mutuamente, tendo em vista a equiparação de oportunidade e, conseqüentemente, uma sociedade para todos (...). A inclusão significa que a sociedade deve adaptar-se as necessidades da pessoa com deficiência para que esta possa desenvolver-se em todos os aspectos de sua vida (SASSAKI, 1997, p. 167).

A partir de 1990 houve as primeiras preocupações entre profissionais, familiares, pesquisadores e governos para que houvesse a inclusão de alunos com necessidades educacionais nas redes de ensino regular.

Quando ponderamos em “necessidades educacionais especiais” aconselhamos a existência de um impasse na aprendizagem, recomendando que os alunos com tais necessidades necessitem de recursos e serviços apropriados para cada indivíduo, deixando de lado os rótulos como “deficientes”, “retardados”, entre outras.

[...] os alunos com necessidades educacionais especiais são aqueles alunos que por apresentar algum problema de aprendizagem ao longo de sua escolarização exigem uma atenção mais específica e maiores recursos educacionais do que os necessários para os colegas de sua idade (COLL, PALÁCIOS & MARCHESI, 1995, p. 11).

A citação acima nos faz raciocinar que alunos com necessidades educacionais especiais não está ligada somente as crianças com deficiências, esta ligada aqueles alunos que necessidade de mais atenção, de atividades adaptadas.

Segundo Fernandes (2006, p. 67)

[...] o termo “integração” é conceituado para caracterizar os movimentos iniciais de defesa de direitos de pessoas com deficiência na ocupação de diferentes espaços na vida social, como a educação, a saúde, o lazer, os esportes. (FERNANDES, 2011, p. 67).

Dessa forma, cabe às escolas adotar medidas de integração desses alunos, objetivando um ensino social e justo a todos os envolvidos no processo de ensino e aprendizagem.

3. CURRÍCULO NA ESCOLA DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA

De maneira geral, a proposta curricular de uma escola é dividida nas seguintes áreas do saber: área psicomotora, área cognitiva, área expressiva e área emocional.

A Constituição Federal de 1988 estabeleceu como objetivo principal, “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (art. 3º inciso IV). Define, no seu artigo 205. A educação como direito de todos, garantindo pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho. E no artigo 206, inciso I, estabelece a “igualdade de condições de acesso e permanência na escola”, como um dos princípios para o ensino e, garante como dever do Estado, a oferta do atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino. (art.208).

Para que as instituições de ensino atendam ao processo de inclusão, os alunos com necessidades educacionais especiais carecem ser incluídos no ensino regular e o mesmo precisa de uma revisão, a fim de atender as demandas individuais de cada aluno, independentemente de suas peculiaridades e diferenças, de modo a adequar e organizar o currículo e o Projeto Político Pedagógico da instituição, contemplando a diversidade de sua comunidade escolar, formando um balanceamento entre o desenvolvimento dos conteúdos previstos e a socialização de todos os envolvidos.

A escola inclusiva precisa elaborar um currículo que respeite a diversidade da sala de aula, o aluno deve identificar-se com sua cultura, deve ser valorizado, ser respeitado nas suas diversidades e todos devem ter as mesmas oportunidades.

Um currículo centrado fundamentalmente nos conteúdos conceituais e nos aspectos mais acadêmicos, que propõe sistemas de avaliação baseados na superação de um nível normativo igual a todos, lança ao fracasso alunos com mais dificuldades para avançar nestes âmbitos. Os currículos mais equilibrados, nos quais o desenvolvimento social e pessoal também tem importância e em que a avaliação seja feita em função do progresso de cada aluno, facilitam a integração dos alunos (MARHESI, 2004, p. 39).

Precisa-se entender que as áreas mencionadas, como proposta curricular do ensino regular, na maior parte das vezes devem ser adaptadas, ou complementadas para que respondam às necessidades de todas as crianças, com e sem deficiência. No caso das crianças com deficiência, o Atendimento Educacional Especializado, no contra turno da escola deve ser garantido como atendimento suplementar.

Na escola inclusiva, o currículo busca a participação de todos os alunos, favorecendo o trabalho cooperativo e adaptando e apoiando o aluno em sala regular. Na nova visão o aluno deve ser o centro da aprendizagem e o professor mediador do conhecimento.

4. A Educação Inclusiva na Educação Física

A educação física também representa parte significativa na concretização desse processo, assim como as demais disciplinas.

Nota-se que professores dessa área se encontram numa realidade cercada de dúvidas, angústias, perguntas a respeito da educação inclusiva.

A prática de atividades motoras no contexto escolar, mais precisamente o componente curricular Educação Física, os próprios profissionais dessa área, vem se perguntando como adaptar atividades para crianças com necessidade educacionais especiais.

Durante estágios anteriores notou alguns professores com dificuldade ao aplicar atividades para essas crianças. Toda atividade deve-se tornar adaptada.

Na escola onde estagiei pude observar a aula de Educação Física, onde o professor atua na educação inclusiva, com atividades adaptada, inclui a aluna em alguns jogos com os demais alunos.

Para que exista essa educação na disciplina de Educação Física, o professor deve estar preparado, para melhor rendimento do aprendizado do aluno de Educação Inclusiva.

A Educação Física adaptada é uma área de conhecimento da Educação Física que tem como ideia principal incluir pessoas com deficiência em um conjunto de atividades: jogos, esportes e exercícios, pois muitas vezes, esses indivíduos são excluídos devido às suas condições. Segundo Duarte e Verner (1995), apud Cidade e Freitas (2002, p. 27):

A Educação Física Adaptada é uma área da educação física que tem como objeto de estudo a motricidade humana para as pessoas com necessidades educacionais especiais, adequando metodologias de ensino para o atendimento de características de cada aluno com deficiência.

Para o autor, o processo de ensino aprendizagem deve ser adequado às características individuais de cada pessoa com deficiência.

Os professores de Educação Física que trabalham com as pessoas com deficiências ou não, terem conhecimentos básicos relativos ao seu aluno, bem como competência para organizar os ambientes que permitam a execução das tarefas, conforme o aluno for se adaptando às aulas, o nível vai aumentando. O professor deve respeitar a individualidade dos alunos sabendo explorar seus potenciais.

A formação dos professores de Educação Física, para lidar com alunos com deficiência. Todos estes problemas, sejam na formação dos profissionais ou no ambiente educacional em que a inclusão é um assunto importante no âmbito escolar.

5. A IMPORTÂNCIA DA ROTINA NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A rotina é importante para todos nós professores, mas quando nos deparamos com alunos que apresenta alguma deficiência ela é fundamental, pois, a rotina é estruturante, diminui a ansiedade e facilita a aquisição de conceitos importantes através das generalizações.

Muitas vezes eles apresentam dificuldades cognitivas, de linguagem e de percepção do que está acontecendo a sua volta e por isso não compreende a sequencia de atividades, o que se espera que seja realizado e demonstram através de comportamentos inadequados ou crises de ansiedade a necessidade de organização externa e concreta para que possam se organizar internamente e cumprir a rotina estabelecida. Eis aqui algumas orientações:

- Estabeleça uma rotina realizável, evite elencar um número excessivo de atividades;
- A rotina necessidade de repetição. É importante sempre observar como o aluno reage à rotina estabelecida e dê continuidade, mantenha a constância;
- Intercale atividades prazerosas para o aluno entre as atividades planejadas para o dia das aulas.

E para o melhoramento da rotina dos alunos temos o cuidador escolar que é o profissional necessário para que a rotina dos discentes de uma instituição de ensino

seja mais tranquila bem aproveitada. É ele o responsável por ajudar as crianças desenvolverem tarefas que ainda não conseguem realizar sozinhas.

Esse profissional tem um papel fundamental quando se trata de inclusão na educação, pois ele também auxilia alunos com necessidade educacionais especiais, garantindo a eles segurança, bem estar e melhor adaptação no ambiente escolar.

Para trabalhar a inclusão na sala de aula logo abaixo algumas dicas:

- Utilizar objetos concretos ao invés de conceitos abstratos;
- Utilizar recursos visuais, orais, táteis, e auditivos que explorem os sentidos dos alunos;
- Tentar ilustrar o que você esta falando, gesticulando ou até interpretando caso seja necessário;
- Utilizar recursos tecnológicos, como softwares educativos que estimulam os alunos a construírem frases ou cálculos matemáticos;
- Entender a deficiência do aluno e disponibilizar materiais de acordo com ela;

Freire (2005) em sua obra *Pedagogia da Autonomia* afirma que:

O ideal é que na experiência educativa, educandos, educadoras e educadores, juntos 'convivam' de tal maneira com os saberes que eles vão virando sabedoria. Algo que não é estranho a educadores e educadoras. (FREIRE, 2005.p. 58).

Presentemente, para edificar uma escola que atenda adequadamente a alunos com especialidades, potencialidades e ritmos distintos de aprendizagem, não basta apenas que tenham educadores e demais profissionais que uma escola normal apresenta. Faz-se necessário que os profissionais e especialmente os professores estejam habilitados para exercer esse desempenho, acolhendo a real precisão de cada educando. Diante disso, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº 9.394/1996, artigo 62, situa:

A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admita, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade Normal. (BRASIL, 2006).

Conforme a citação acima, a lei mencionada para formação continuada criam alguns questionamentos e conflitos: os institutos superiores de educação (local onde a formação de professores deveria acontecer) e os cursos normais superiores (que

forneceria a habilitação desejada). Os cursos de Pedagogia, por sua vez, ficaram em dúvida sobre seu papel.

Os professores precisam refletir sobre a questão educação inclusiva como um todo, conforme destaca Farfus (2008):

A articulação entre os educadores é urgente, pois existe a necessidade de uma redefinição do papel do professor e de sua forma de atuar, no pensamento sistêmico. É necessário pensar na aprendizagem como um processo colaborativo e de transformação que proporcione a formação de alunos inseridos no mundo, e não mais em apenas uma comunidade local. Finalmente pensar na educação em relação aos aspectos da ética, da estética e da política; a educação fundamentada em um ideal democrático. (FARFUS, 2008, p. 30).

É fundamental que professores mudem sua metodologia para realização de adaptação nas atividades propostas em sala de aula, interessante que haja mudança em visões incapacitantes das pessoas com necessidades educacionais especiais para uma visão pautada, ou seja, um novo olhar nas possibilidades, com elaboração diversas e variadas, dando a devida importância no respeito às diferenças e na história de vida de cada ser.

Conforme afirma Minetto (2008), para que isso seja possível:

O professor precisa organizar-se com antecedência, planejar com detalhes as atividades e registrar o que deu certo e depois rever de que modo às coisas poderiam ter sido melhores. É preciso olhar para o resultado alcançado e perceber o quanto “todos” os alunos estão se beneficiando das ações educativas. (MINETTO, 2008, p. 101).

Segundo Minetto, o professor precisa planejar as atividades e documentar o seu trabalho. Registrar o que deu certo e o que deu errado e a partir daí melhorando a sua prática, tornando-o cada vez mais significativa e percebendo o quanto os alunos vão se apropriando do processo.

Os pedagogos que se interessam numa ação educativa, devem estar alertos às desigualdades de seus alunos, procurando sempre que possível cumprir com seu papel de maneira justa e solidária, pautado no respeito mútuo, eliminando todo e qualquer tipo de discriminação com o intuito de formar cidadãos conscientes para o convívio com as diferenças.

A intervenção pedagógica é um processo de investigação, de estudo e de solução de problemas, por isso, muitas vezes o professor se depara com inúmeros desafios, que devem ser solucionados para a superação de seus próprios limites.

Perante desse desafio, o professor deve planejar suas aulas e recorrer a filmes, jogos, músicas, maquetes, mapas, desenhos, entre alternativas possíveis para que todos tenham acesso às oportunidades dentro da sala de aula.

A maior parte dos professores encontram dificuldades em trabalhar com a diversidade, demonstrando insegurança para desenvolver seu papel, pois não existe uma fórmula correta para lecionar diante das especificidades que cada aluno apresenta, sendo o aluno deficiente ou não. Segundo Zimmermann (2008, p. 01):

A luta pela escola inclusiva, embora seja contestada e tenha até mesmo assustado a comunidade escolar, pois exige mudança de hábitos e atitudes, pela sua lógica e ética nos remete a refletir e reconhecer, que se trata de um posicionamento social, que garante a vida com igualdade, pautada pelo respeito às diferenças.

Na educação inclusiva os professores devem buscar um ensino que vise o respeito mútuo aos alunos, o qual deve favorecer o desenvolvimento da consciência, mostrando que todos são iguais, independente de sua etnia, situação econômica e suas demais diferenças, pois de acordo com Crochik (2002, p. 295) compartilhar atividades com crianças com deficiência permitiria as demais:

[...] auxiliar os que não sabem com o seu saber e aprender pela própria experiência, os seus limites e o dos outros, [experiências que] podem dar-lhes algo que a busca da perfeição impede: o entendimento da vida e a possibilidade de vivê-la.

Essas reflexões levam o professor a buscar liberdade, igualdade e fraternidade dentro da sala de aula, tendo consciência dos limites de sua atuação e buscando reverter às limitações impostas, além de valorizar a diversidade como um elemento enriquecedor do movimento social e pessoal dentro da sala de aula.

O papel do professor é também de ampliar os currículos, fazendo com que se flexibilizem diante das diferenças de seus alunos e deixe de lado a visão conservadora, destacando a inclusão como inserção social, que tenha como objetiva integrada na inclusão.

O trabalho docente com portadores de necessidades educativas especiais na contemporaneidade deve combinar estes dois aspectos, o profissional e o intelectual, e para isso se impõe o desenvolvimento da capacidade de reelaborar conhecimentos. Desta maneira, durante a formação inicial, outras competências precisam ser trabalhadas como colaboração, a definição, a reinterpretação de currículos e programas que propiciem a

profissionalização, valorização e identificação docente (PIMENTA, 2002, p. 131-132).

Sabe-se que o pensamento e o estudo não estão sendo adquiridos apenas na escola, também estão sendo edificados pela criança no contato dentro da família e no mundo que a cerca.

Os pais exercem uma missão primordial na formação do sujeito, portanto deixa e oportuniza a constituição de sua essencialidade. São através dos de estímulos que o indivíduo atinge suas origens e faz-se um ser com eficiência de elaboração de competências próprias, são os principais professores formadores da criança. Deles dependem em ampla parte a personalidade do adulto que a criança virá a ser; é na família que começa a construção de conhecimentos variados em que a sociedade é parceira para o auxílio da construção de seus conhecimentos, suas práticas, preceitos e valores.

No campo escolar a criança necessita encontrar estrutura para o seu desenvolvimento elaborado. Porém, os deveres não acontecem como deveriam em relação ao contexto escolar. As escolas têm sido um local de aparecimento de trocas de informações diversas e não de desenvolvimento de competências integrais do aluno, aptidões essas são primordiais na inclusão social. Entende-se o porquê da necessidade de compreender a função do pedagogo que é o progresso de desenvolvimento do ser humano sobre um pronunciamento de dados de que o conhecimento fosse uma receita pronta. Pode-se entender que informação passada para o sujeito se encontra em construção.

O desenvolvimento e o uso ativo de um contexto afetivo em sala de aula estão sendo fundamentais ao educando. O instituto precisa ser um local de bem-estar e amplificação de vontades e desejos, sobretudo que seja algo que desperte o interesse de aprender, conquanto que na instituição escolar a criança recebe formação cultural tornando-se parte de um todo.

Desde o ingresso da criança no âmbito escolar, é essencial que os pais possibilitem a ida de seu filho para esse novo espaço, caso contrário, a criança terá dificuldades de adaptação. A participação dos pais na vida escolar dos filhos é primordial e para aprender a participar não significa estarem todos os dias na escola ou dentro de uma sala de aula sentados em uma carteira de frente para o quadro e escrevendo mecanicamente e também estar ordenando a criança da realização das atividades propostas para fazer em casa. A escola veio para ocupar uma das mais

notáveis funções da família, que é a inserção, a escola é o único lugar em que todos os alunos têm a possibilidade de interagir como iguais e em que se necessitam submeter continuamente a uma norma de convivência coletiva.

6. METODOLOGIA

Utilizou-se como ferramenta teórico-metodológica a concepção do papel do professor diante da Educação Inclusiva.

A realização desta pesquisa traz como problema: “Como funciona a educação inclusiva em escolas municipais de Santa Maria-RS”? E objetiva: problematizar “o funcionamento da educação inclusiva em escolas municipais de Santa Maria-RS”, obteve a definição da temática, do problema, e do objetivo da pesquisa a partir das experiências vivenciadas e de alguns questionamentos que afloram durante o curso conforme já descrito. Definição da metodologia - pesquisa de cunho bibliográfico, com intuito de buscar teorias relacionadas ao referido tema. Para Fonseca (2002, p. 32), “a pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teórico já analisado, e publicado por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, paginas da web sites [...]”.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após realizar esta pesquisa que abordou o Papel do Professor Diante da Educação Inclusiva pode-se compreender a realidade de crianças com necessidades educacionais especiais, qual seja o uso da de intervenções pedagógicas, pois alunos na maior parte das escolas municipais não estão contemplados com essas intervenções e os recursos necessários ao atendimento dessas crianças. Mas por que pesquisar essa temática? Para responder meus questionamentos relacionados à Educação Inclusiva, bem como para obter a percepção de que a criança que apresenta a referida necessidade precisa de novos recursos através de intervenções e práticas pedagógicas de profissionais capacitados.

Considera-se através deste trabalho, o processo da educação inclusiva que é um dos problemas enfrentados por alguns alunos, traz certa preocupação uma vez que pedagogos percebem a necessidade de maior conhecimento sobre Intervenções e Práticas Pedagógicas, adaptação dos métodos de ensino aos alunos

com necessidades educacionais especiais. Diante de estudos e leituras realizados, verificou-se que a maior parte das escolas recusa a ser adequada ao processo de educação inclusiva vista à escassez de profissionais capacitados para realização de atividades adaptadas para essas crianças, cabe salientar que a necessidades educacionais especiais apresentadas em alguns alunos torna-se cada vez mais urgente, não como um mero instrumento para ensinar matérias, mas como parte de algum método novo de ensino e que os professores não ignorem as dificuldades apresentadas em algumas crianças. Esta pesquisa teve por finalidade analisar o contexto histórico da Educação Inclusiva e o funcionamento da Educação Inclusiva nas escolas municipais de Santa Maria-RS, com a qual se pode concluir que há a necessidade urgente de proporcionar aos professores e alunos os conhecimentos necessários para a prática de Intervenções e Práticas Pedagógicas para crianças com necessidades educacionais especiais.

Todas as ações e produções dos professores, por serem humanas, estão sempre em desenvolvimento de permanente abertura, colocadas num prisma próprio para novas interpretações e busca de significados e sentidos, situados num movimento incessante de desconstrução e de reconstrução.

O indivíduo deve ser considerado como um ser interativo ativo no seu processo de construção do conhecimento. O pedagogo por sua vez deverá assumir um papel fundamental nesse processo, como um sujeito mais experiente. Por essa razão cabe ao pedagogo considerar o que a criança já sabe, é muito importante para a construção do conhecimento. O professor é o mediador da aprendizagem facilitando-lhe o domínio e a apropriação dos diferentes instrumentos culturais.

O processo ensino aprendizagem só pode ser analisado como uma unidade e são faces de uma mesma moeda. A relação professor/aluno é um fator determinante para o conhecimento da criança para tornar esse processo mais produtivo e prazeroso, nesse caso o professor deverá orientar planejar e testar atividades adequadas aos alunos inseridos em sala de aula e que promovam entrosamentos mais produtivos entre os trabalhos aplicados.

Diante das teorias citadas, sugere-se uma reunião com pais a fim de oferecer psicólogos e intervenções com demais profissionais às crianças como um apoio psicológico e psicopedagógico necessário neste primeiro momento, atividades lúdicas a que venha desenvolver interação, autoestima, e principalmente a

concentração dos alunos, com isso um melhor desenvolvimento no desempenho das intervenções pedagógicas.

Em suma, para beneficiar o aprendizado dos alunos com dificuldade, é significativo classificar, apresentar o contexto, modificar. O conhecimento é, geralmente, um desenvolvimento extraordinário. Cada aprendiz tem sua própria maneira de compreender, mesmo que possa ser digno pelo estudo. O ensino aprendizagem, por sua vez, deve ser um método dialógico. É através da conversa que o regente da turma deve conhecer seus alunos, perceber como ele reflete e, apenas dessa forma, pode-se raciocinar a respeito das alterações necessárias no processo para favorecer seu desenvolvimento. É necessário auxiliar o educando a determinar vínculo por meio do conhecimento recente e o que já sabe. É considerável, também, reconhecer o que ele sabe executar satisfatoriamente, para que desenvolva o envolvimento de autoconhecimento e sinta-se estimulado a encarar os obstáculos.

Pensar, sentir e agir é o caminho para a aprendizagem verdadeira. Quando o conhecimento é elaborado no intelecto, passa pelo sentimento e determina uma vontade, aí sim, ele não desgruda mais do indivíduo. Realizar este trabalho trouxe aprendizado, pois através de estudos, leituras e orientações, adquiriu-se conhecimento a respeito das dificuldades que alguns alunos enfrentam na maior parte das escolas.

O professor necessita assumir a função de mediador do conhecimento, dispondo de oportunidades no qual o aluno seja ouvido, e que possua voz e vez. Com esse motivo, haverá uma troca de informações e uma progressividade na aprendizagem.

Enfim, a pesquisa realizada respondeu aos questionamentos sobre a temática O Professor Diante da Educação Inclusiva.

REFERENCIAS

_____. **Declaração de Salamanca.** Brasília, 1994. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf> Acesso em: 21/01/2020.

_____. **Inclusão escolar:** O que é? Por quê? São Paulo: Moderna, 2003.

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília: Imprensa Oficial 1988.

BRASIL, Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BUENO, J. G. S. (2001). A inclusão de alunos deficientes nas classes comuns do ensino regular. **Temas sobre Desenvolvimento**. v. 9, n. 54, (pp. 21-7). São Paulo: Memnon.

COLL, C., PALACIOS, J. & MARCHESI, A. (organizadores). **Desenvolvimento psicológico e educação: necessidades educativas especiais e aprendizagem escolar**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

Demo, P. **Introdução à metodologia da ciência**. 2º ed. São Paulo: Atlas, 1987.

CIDADE, R. E; FREITAS, P.S. **Educação Física e Inclusão: considerações para a prática pedagógica na escola** – Revista Integração. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Especial. Ano 14. Edição Especial 2002. Pag. 26-30.

FARFUS, D. Organização pedagógica dos espaços educativos. Disciplina: **Organização Pedagógica Espaços Educativos** do curso de Pedagogia EaD da Facinter, Curitiba, 2009.

FERREIRA, M. E. C.; GUIMARÃES, M. **Educação Inclusiva**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

FONSECA, João. José. Saraiva. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários a pratica educativa**. 13. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

JÚNIOR, E. M. **50 anos de Políticas de Educação Especial no Brasil: movimentos, avanços e retrocessos**. 2012. Disponível em: <http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/1464/670>. Acesso em 21 Jan. 2020.

MINETTO, M. F. **O currículo na educação inclusiva: entendo esse desafio**. 2ª ed. Curitiba: IBPEX, 2008.

MITTLER, P. **Educação Inclusiva: Contextos Sociais**. Artmed, 2003.

MONTOAN, M. T. E. A hora da virada. **Inclusão**: Revista Educação Especial, Brasília, v. 1, n. 1, p. 24-28. 2005.

PIMENTA. S.; ANASTASIOU, L. **Docência na Educação Superior**. São Paulo: Cortez, 2002.

PIRES, E. C. S.; SANCHES, A. A.; TORRES, W. R. **Dificuldades dos portadores de necessidades especiais na inclusão educacional**. Unitins, 2011, Disponível em:

<http://ava2.unitins.br/ava/files/projetoconteudo/cccf876821308039570f71ae697d083.html> Acesso em: 21 de jan. 2020.

SASSAKI, R. K. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro, WVA, 1997.

SILVA, A. M. **Educação Especial e inclusão escolar: histórias e fundamentos**. Curitiba: Ibpex, 2010. (Série Inclusão Escolar). 215p.

VIGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1984.

ZIMMERMAN, E. C. **INCLUSÃO ESCOLAR**, 2008. Disponível em: <<https://www.webartigos.com/artigos/inclusao-escolar/5190/>> Acesso em 23 Jan. 2020.